

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO E INFORMAÇÃO (CCTII)**

27.11.2019

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO E INFORMAÇÃO (CCTII)**

27.11.2019

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Havendo o número regimental, declaro aberta a quarta reunião extraordinária da Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação e Informação da primeira sessão legislativa da 19ª Legislatura, com a finalidade de realizar um debate sobre o plano estadual de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Registro aqui a presença dos nobres deputados Castello Branco, Beth Sáhão, Ed Tomas, Mauro Bragato, Sergio Victor, e registro aqui a declaração de justificativa de ausência da deputada Letícia Aguiar, do deputado Reinaldo Alguz e do deputado Professor Kenny. Solicito.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O que é isso? Queria escapar.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Solicito aqui ao secretário a leitura da Ata da última reunião do presidente.

O SR. ED THOMAS - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Pela ordem, Sr. Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS - PSB - Solicitar a dispensa da leitura da Ata, é de conhecimento dos deputados e das deputadas.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - É regimental o pedido de V. Exa., os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão; fica considerada aprovada a Ata da reunião anterior desta Comissão. Bom, hoje é um dia muito importante aqui para a nossa Comissão; um dos papéis da Comissão de Ciência Tecnologia e Informação da Assembleia Legislativa de São Paulo é discutir, justamente, o presente e o futuro da Ciência e Tecnologia do Estado. Hoje a gente fez um convite para o nosso

querido amigo, diretor científico e professor da Unicamp, Carlos Henrique de Brito Cruz, que está aqui ao meu lado.

E para o Marcos Vinícius, subsecretário de ciência e tecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico que, infelizmente, não pôde estar presente hoje, mas está aqui representado por alguns colegas. E tenho certeza que a gente vai ter uma brilhante apresentação aqui do professor Brito Cruz; um dos grandes objetivos hoje aqui é que o Dr. Brito Cruz consiga falar um pouco do que já foi feito nesse plano diretor de Ciência Tecnologia e Inovação do estado de São Paulo, que ele foi idealizadores lá atrás, e possa discorrer para a gente o que foi feito, o que ele encontrou, e o que a gente pode fazer daqui para a frente enquanto Comissão, enquanto Estado e somando as entidades e as instituições responsáveis pela Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo.

Antes de passar a palavra, agradeço novamente a sua presença, Dr. Brito Cruz, e agradeço também a presença aqui do Jaime Simão, professor associado, representando a Escola Politécnica; o nosso querido professor Dr. Wagner Valente, da Agência de Inovação da Unesp; do professor Dr. Ricardo de Oliveira, coordenador de ensino superior do Governo Estado de São Paulo; o Dr. Fábio também, do Instituto Butantan; professor Paulo Muzy, que eu acabei de descobrir como é que se pronuncia o sobrenome dele, nosso colega e amigo aqui; professor Terra também, Dr. Terra, obrigado pela presença.

Agradeço imensamente a presença de todos, peço desculpas caso eu esteja esquecendo de alguém aqui, obrigado pela presença; é um prazer tê-los aqui conosco, e com certeza a gente vai ter uma, temos aqui os representantes da Unicamp também, uma brilhante apresentação do Dr. Brito Cruz. Obrigado e, com a palavra, professor Brito.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Muito obrigado, boa tarde obrigado deputado Sergio Victor pelo convite para vir participar desta reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para ter a oportunidade de contar um pouco, e ouvi-los, sobre essa ideia da qual faz alguns anos que a gente vem trabalhando aqui no estado de São Paulo, que é essa de um plano diretor para a Ciência, Tecnologia e Inovação no estado de São Paulo.

Essa ideia de um plano diretor é uma ideia que já vem de muitos anos, quer dizer, a primeira versão disso aconteceu; começou a acontecer, por volta de 2003, quando o governo estadual aceitou uma proposição do Conselho de reitores das universidades estaduais paulistas; na época eu era reitor da Unicamp, para fazer um esforço que foi um plano diretor para o ensino superior no estado de São Paulo.

Esse plano foi elaborado ao longo de alguns anos, se eu não me engano foi concluído por volta de 2006 ou 2005, e depois, mais tarde, nós levamos também ao governo estadual, aí acho que foi no governo do governador José Serra, a ideia de se fazer um plano sobre a Ciência, Tecnologia e a Inovação no estado de São Paulo. Sempre com o objetivo de que nos parece importante que as organizações envolvidas, as lideranças políticas, legislativas e do Executivo envolvidas no assunto, creio eu, podem trabalhar mais eficientemente se houver um planejamento mais ou menos definido; ou pelo menos se houver objetivos acordados entre todos.

E a gente vê que, em geral, não é dessa maneira que se trabalha, não só aqui em São Paulo, mas no Brasil; quer dizer, tem várias organizações, e cada uma estabelece os seus objetivos, que em geral são bons objetivos, é difícil encontrar alguma coisa muito errada nos objetivos das instituições. Mas perde-se a possibilidade de ter algum efeito sinérgico, algum efeito de soma entre os esforços, e de colaboração entre as organizações para aquele objetivo, que é o principal, que é de melhorar a vida das pessoas no estado de São Paulo.

Então, nós levamos para o governador Serra, naquela época, essa ideia de um plano diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação; ele gostou da ideia, compôs uma comissão, e nós trabalhamos nisso durante três ou quatro anos; e o plano foi concluído numa reunião do Concite, o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, que aconteceu, se não me engano, em 2007, mais tarde, em 2009. E o plano, uma das coisas interessantes que a gente aprendeu nessa primeira versão do plano, é que o simples fato de fazer as discussões sobre um plano leva a proposições, e as organizações começam a usar as proposições e fazer as coisas.

Quer dizer, você não precisa nem sequer chegar lá e falar “faz essa coisa”; porque você vai discutindo, e aparecem boas ideias, e as instituições usam as ideias e vão tocando. E, no caso, tem muitos exemplos interessantes naquela primeira vez do plano, as universidades usaram os institutos de pesquisa, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, aquela primeira versão da lei de inovação de São Paulo foi muito afetada pela discussão que nós tivemos ao longo de todo o plano diretor.

Bom, foi feito esse, e depois, mais tarde, eu acho que foi no primeiro mandato do governador Geraldo Alckmin, acho que no terceiro ou no quarto ano, que ele também, por meio de uma determinação do Concite, compôs uma outra comissão, para fazer uma segunda versão do plano diretor; porque a história dessa ação de plano diretor é que nunca acaba, nem de fazer e nem de implementar, porque o mundo muda. Então você faz o plano

para uma época, daí a quatro anos tem um monte de coisa diferente que você precisa atualizar, considerar, aperfeiçoar etc.

Então é um esforço que dá resultado e que não termina. Quer dizer, às vezes tem coisas que não terminam e dão resultado, está certo? Tem coisa que não termina sem resultado, mas o diretor não é uma delas; e aí então nós começamos a trabalhar, e montamos isso. Depois, por várias razões, não foi possível, nessa segunda versão, chegar a uma conclusão; exceto que agora a Secretaria de Desenvolvimento Econômico manifestou um interesse, agora que eles terminaram o trabalho do PPA, então tem mais condição de olhar para outras coisas mais estratégicas, de retomar esse esforço.

Então é disso que eu vou falar aqui para os senhores, e eu vou fazer uma passagem rápida sobre o assunto; depois, se tiver perguntas, eu posso detalhar certas coisas. Mas a ideia toda do plano, eu acho que eu resumo nessa frase, quer dizer, o que a gente está querendo, que a gente gostaria, é de aumentar o impacto social, econômico e científico do sistema de ciência e tecnologia que tem no estado de São Paulo. Quer dizer, é tirar mais benefícios de um conjunto de organizações que há no Estado, e essas organizações, veja, elas são de natureza estadual, federal, municipal e privada; quer dizer, é um sistema de ciência e tecnologia que são todas essas coisas juntas.

Quer dizer, não adiantaria muito fazer um plano só para as organizações estaduais, porque quem lança e quem faz o satélite, e depois vai olhar as fotografias, é uma organização federal, que é o INPE; então, se a gente faz o plano só estadual, um pedaço importante fica fora. Então precisa ser um plano que abranja todas as organizações, então é mais um plano no estado de São Paulo de que um do estado de São Paulo, está certo? Então aumentar esse impacto social, pensando em impacto social seriam aquelas ideias resultantes da pesquisa, que beneficiam a sociedade sem, necessariamente, ter um objetivo econômico imediato.

Às vezes podem ser ideias que ajudam o Governo a fazer legislação; por exemplo, tem aqui no estado de São Paulo inúmeros exemplos de legislação ambiental, que vieram de resultados de um programa de pesquisa que a Fapesp financia, chamado Biota. Tem dezenas de leis, decretos etc.; ou podem ser coisas e ideias que nascem em organizações, por exemplo, é muito comum que hospitais usem resultado de pesquisa para melhorar a maneira como tratam os pacientes, melhorar os protocolos de atendimento.

Isso melhora o atendimento médico, mas não quer dizer que eles vão ganhar dinheiro por causa disso; frequentemente nem sequer fazer uma patente nem nada, porque eles querem que muitos outros hospitais usem também a ideia; impacto econômico trata

daquela dimensão em que as ideias vão ajudar as empresas a se tornarem mais competitivas. Ou aquela situação em que o resultado da pesquisa vai criar novas empresas, tem milhares de exemplos no estado de São Paulo sobre isso.

E impacto intelectual são aquelas ideias que ajudam a humanidade a ficar mais sabida, que ajuda a entender melhor as coisas, ajuda a aprender sobre como é que começou o universo, como é que os planetas funcionam, que tipo de estrela tem no céu, de que jeito foi que os humanos vieram da África andando pelo mundo inteiro até vir parar no Brasil, e como é que isso pode ou não afetar a nossa vida?

E várias outras coisas, que são de uma natureza mais intelectual do que de uma natureza prática e imediata; embora, frequentemente, levem a resultados de impacto econômico e social mais adiante. Então, quando a gente fala aqui impacto do sistema de Ciência Tecnologia e Inovação em São Paulo, a primeira pergunta que vem é: “Bom, o que é esse sistema”? Está certo? Então isso já gastou, e gasta sempre, uma boa parte do esforço; porque a manutenção de dados sobre isso, e dessas informações, é difícil.

Quer dizer, o lugar no estado de São Paulo que tem isso bem arrumado é ali na Fapesp, e dá muito trabalho para nós mantermos esse cadastro das instituições de ciência de tecnologia e inovação que tem em São Paulo; o que nós sabemos sobre esse sistema hoje, é o que está nesse slide aí. Nós temos 169 instituições no estado de São Paulo que atuam em ciência, tecnologia e inovação; instituições que não são empresas, são entidades ou estaduais ou federais ou sem fins lucrativos particulares.

Então nós temos um bom número de instituições de ensino superior, 33; tem 73 faculdades de tecnologia, tem 43 institutos de pesquisa, isso é uma quantidade que, quando a gente começou a fazer esse levantamento, nos surpreendeu; porque a gente aprendeu, por exemplo, que no estado de São Paulo tem mais pesquisadores em institutos de pesquisa particulares, do que em instituto de pesquisa estaduais ou institutos de pesquisa federais.

Quer dizer, tem inúmeras organizações no estado de São Paulo que vivem, e pagam o salário de todo mundo, vendendo projeto de pesquisa, e que não são do Governo; elas criam a ideia, encontram quem está interessado no projeto, e vendem isso, muitas dessas organizações associadas aos hospitais. E como eu dizia, 27 institutos de pesquisa associados aos hospitais, a enorme maioria desses hospitais particulares; sem fins lucrativos, mas particulares.

Bom, e além disso, além dessas 169 entidades, no estado de São Paulo há o IBGE que faz essa conta a cada quatro ou cinco anos, infelizmente eles não têm uma

periodicidade bem definida para isso, mas eles ajudam com as informações que conseguem fazer em uma pesquisa de chamada Pintec – Pesquisa de Inovação Tecnológica. O IBGE identifica no estado de São Paulo 17 mil empresas que eles classificam como inovadoras, quer dizer, são empresas que, nos três anos antes do IBGE fazer o levantamento, fizeram alguma atividade de pesquisa e desenvolvimento para criar um produto ou processo, ou novo ou melhor do que eles faziam antes.

Quer dizer, estão usando ideias para melhorar aquilo que eles estão fazendo; 17 mil é uma quantidade boa, porque se vocês pensarem que cada uma dessas tiver, em média, dois pesquisadores, nós estamos falando de 37 mil pesquisadores, 34 mil pesquisadores é seis vezes mais do que o número de professores que tem na Universidade de São Paulo, que é a maior universidade que tem aqui. Então nas empresas tem muito pesquisador, tem muita atividade de pesquisa, contrariando uma coisa que se repete demais no Brasil.

E que provavelmente no Brasil é verdade, mas em São Paulo não é, essa coisa que falam: “Ah, no Brasil as empresas não fazem atividade de pesquisa”. Pode ser que no Brasil não façam, mais em São Paulo fazem muita atividade de pesquisa, muita; grande número de pessoas, muito dinheiro que as empresas põem do seu próprio dinheiro para financiar a atividade de pesquisa. Ali do lado, embaixo, do lado direito, está mostrado isso, quer dizer, 57% dos pesquisadores que tem no Estado, que dá 42 mil, são pesquisadores que trabalham em empresas, então mais da metade, quase 60%.

Já teve ano, há uns dez anos, antes da crise econômica geral, esse percentual aí já foi dois terços, já foi 67%. Atualmente, 57% dos pesquisadores trabalham para empresa; veja, vou insistir bem nisso: não é professor de universidade, que está na universidade e faz coisas para a empresa; é uma pessoa que é empregado da empresa, a carteira de trabalho dele é assinada pela empresa, ele vai para a empresa às oito horas da manhã e sai de lá cinco, seis, sete horas da noite, e trabalha o dia inteiro fazendo pesquisa dentro da empresa. Engenheiro, físico, químico, sociólogo, bioquímico, biólogo, médico, várias profissões.

Depois tem 27 mil pesquisadores que trabalham em universidades, e tem quatro mil e poucos pesquisadores que trabalham nos institutos de pesquisa, que a gente denomina aí como Instituto de Pesquisa Comissão Dirigida, por que eles têm um objetivo. Quer dizer, por exemplo, no Instituto Agrônomo de Campinas, o assunto é trabalhar com agronomia, veterinária, planta, colheita etc.; o Instituto Biológico tem os seus

objetivos; o INPE e, São José dos Campos tem o objetivo espaço, observação da Terra etc.

E toda essa atividade aí consta no estado de São Paulo, mas não para o estado de São Paulo, envolve um dispêndio de 27 bilhões de reais por ano; no ano passado foram 27,8 bilhões de reais, não é pouco dinheiro; em nenhum lugar do mundo isso daí é pouco dinheiro. Desse dinheiro, de 27,8 bilhões, 56% foi o dinheiro das empresas, então é a folha de pagamento de pesquisadores e técnicos das empresas, mais alguns investimentos que eles fazem.

Depois tem uma parte, ali em amarelo, de 26%, que é recurso que vem de instituições de ensino superior; 10% que é dinheiro de agências de fomento, é o dinheiro que a Fapesp põe em pesquisa, o CNPq, a Capes, a Funep, agências internacionais; e 9% é recurso gasto por institutos de pesquisa. Em geral é a folha de pagamento, são institutos estaduais, particulares e federais.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Apenas por uma curiosidade.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Sim, senhora.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Esses 26% de recursos em instituições de ensino superior são instituições privadas?

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Não, também são privadas, mas a maior parte desses são as organizações públicas, são as três universidades estaduais, as três universidades federais, uma escola de engenharia, que é o ITA; e mais a Famema e a Famerp.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Então, quase que a totalidade desses 26% é de universidade pública?

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Quase a totalidade é de instituições públicas de ensino superior, sem dúvida nenhuma.

Isso também é uma característica bem firme do sistema de pesquisa no Brasil, e na maioria dos países, exceto talvez nos Estados Unidos, o porcentual não é tão grande assim; mas em todos os outros países é desse jeito. Bom, então esse é o sistema que nós

no estado de São Paulo; o plano diretor que nós organizamos, o trabalho que nós organizamos para fazer o plano diretor, dividiu o problema em seis temas, que foram o entendimento desse sistema de ciência e tecnologia, a institucionalidade, os investimentos, as instituições que eu vou insistir por um segundo aqui com os senhores, e com as senhoras: que não é simples achar aqueles números que eu mostrei no slide anterior.

Depois que a gente acha a primeira vez, aí a segunda é um pouquinho mais fácil, a terceira um pouquinho mais fácil; mas manter atualizado esse cadastro é uma dificuldade. Mas está sendo bem feito, e é um esforço importante que a Fapesp contribui para esse plano diretor; o segundo tema é a questão da formação dos recursos humanos para a ciência e tecnologia, as questões relacionadas ao sistema educacional; principalmente o sistema de ensino superior, mas também, em boa parte, é o sistema de ensino básico, que é o que alimenta o sistema de ensino superior.

Porque as pessoas que criam toda essa ciência, tecnologia e inovação são as pessoas que se educaram ou na escola de ensino básico, ou depois nas universidades, ou nas escolas técnicas etc. Depois, o terceiro tema tratou das questões, ou trata das questões de pesquisa e desenvolvimento nas empresas no estado de São Paulo; que desafios que há ali? Que dificuldades, e que resultados? Que vantagens? O tema número quatro trata da pesquisa nos institutos de pesquisa estaduais, federais e particulares; e o tema número cinco, da pesquisa que se faz nas universidades, a gente denominou pesquisa acadêmica.

E o tema número seis foi uma discussão ampla sobre setores; quer dizer, que setores da economia mereceriam um foco especial da economia e da sociedade paulista? Mereceriam um foco especial, do ponto de vista das atividades de pesquisa que tem? Isso não quer dizer definir que só tem cinco coisas que você vai fazer, mas significa olhar se tem oportunidades que o estado de São Paulo está perdendo por falta de atividade em ciência e tecnologia? Será que a gente pode fazer alguma coisa para ter mais dessa atividade, para não perder essa oportunidade?

Ou inversamente: tem novos campos no mundo, onde a gente deveria prestar atenção, para evitar que o estado de São Paulo fique para trás? Exemplo: inteligência artificial; é um assunto que tem pesquisa acadêmica dele em 1974, em 1974 a Fapesp financiou projeto de pesquisa em inteligência artificial, numa época em que a maioria das pessoas que olhasse para as palavras que tem ali, iria dizer que era pesquisa inútil; não servia para nada, para que estudar uma coisa tão esquisita assim?

Bom, acontece que em 2019 está todo mundo correndo atrás de como é que faz para ter mais gente que entenda sobre inteligência artificial, porque isso vai mudar o mundo; graças a Deus que nós financiamos aquilo em 1975, sem ouvir quem estava gritando para nós que não devia fazer, porque não era útil. Porque aqueles projetos é que formaram as pessoas que, hoje, lideram um grande centro de pesquisa que a Fapesp acabou de anunciar, em parceria com a IBM, sediado na USP, sobre inteligência artificial. Então esse é um exemplo dessa questão dos setores.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - E neste tema seis, o programa Ciência para o Desenvolvimento, do Governo, você acha que se encaixaria aqui?

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Não só se encaixa, como é um exemplo de como a gente usou coisas que nós aprendemos na discussão sobre esse plano diretor, para levá-las à Secretaria, e para fazerem parte da lista de temas que estão no edital que a gente fez. É um daqueles exemplos de como a gente usa o plano antes de ele terminar; porque, como eu disse, ele nunca termina.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Perfeito.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Bom, então esses daí são os temas, o desafio para o plano é que precisa envolver, como eu disse, as entidades estaduais, federais e privadas; precisam de uma articulação nacional e setorial também, em muitos casos, porque tem coisas que dependem do governo federal, não dependem do governo estadual; vou mostrar um exemplo importantíssimos sobre isso. A gente trabalhou, tem trabalhado para isso, com ampla participação da comunidade de pesquisa; por que não é um plano em que dá para sentar três pessoas numa sala, e escrever um plano dos três iluminados, você tem que ouvir todo mundo, e discutir: isso vale mais? Isso vale menos?

As pessoas brigam ali à mesa: “Não, isso não é, eu quero”. Em geral, nos primeiros 40 minutos de reunião cada um quer a coisa que quer; depois que conversa durante 40 minutos você começa a ter ideia útil sobre fazer coisa em benefício da sociedade. E, para isso, nós formamos um comitê com 41 membros de várias instituições, todo tipo de instituição, particular, governamental, universidade, instituto, empresa grande, pequena,

Fiesp, Ciesp, Ampei, SBPC e assim por diante; e fomos nos reunindo com eles, dividindo naqueles grupos, e fomos aprendendo sobre o sistema.

Então, agora eu vou contar para vocês alguns destaques de cada um desses temas, mas olha, tem muito mais coisa do que eu poderia falar aqui; se eu ficasse até meia-noite aqui, eu não ia terminar de falar, mas nós não queremos que isso aconteça. Nas questões institucionais, nós tratamos muito da questão da composição dos investimentos, federais, estaduais e privados; portanto a necessidade de ter uma colaboração virtuosa entre essas três naturezas de organizações.

E o fato de que nos faz falta, no estado de São Paulo, como faz falta no Brasil, com faz em todos os estados do Brasil, e em muitos países, ter um organismo que seja um lugar da discussão sobre isso, para você poder ir acompanhando como as coisas vão evoluindo. Que, no Estado de São Paulo, seria o Concite, que está na Constituição paulista, como Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia; com o objetivo de fazer justamente isso: de pensar no sistema, de ver que oportunidades tem, que ameaças, que facilidades, que dificuldades e assim por diante; com essa ideia de conectar demandas e ofertas.

E, por exemplo, uma das coisas, o Presidente Sergio acabou de me consultar, como Ciência, Tecnologia e Inovação podem auxiliar o governo estadual via secretarias do Governo; quer dizer, isso daí estava escrito lá em 2013 no nosso plano, e nós estamos fazendo agora no edital que a Fapesp acabou de fazer com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e várias secretarias de governo estadual. Uma das coisas que nós observamos nessa análise do sistema foi essa a que eu me referi, essa diferença que tem entre o estado de São Paulo e o Brasil, que eu tento ilustrar nessa figura.

Que mostra, na coluna da esquerda, a parte verde é quanto é o gasto privado em pesquisa no Brasil; a parte vermelha é quanto é o gasto estadual; e a parte azul é quanto é o gasto federal. Coluna da esquerda é o Brasil; acontece que no Brasil, a soma total dá uns 70 bilhões por ano, isso aí acho que é do ano de 2016, foi o último ano que o Brasil, está 14 ali? – 2014, está certo. Que é um ano que tem os dados para todas as regiões; depois, na coluna do meio, é o estado de São Paulo, veja como é que muda a composição; como é que a parte privada fica muito mais importante.

O que é uma boa coisa, em todo lugar do mundo é considerado positivo; você tem o dispêndio privado mais alto do que o dispêndio público, o que significa que você está mais conectado às aplicações do conhecimento. E a outra mudança que acontece quando você vem para São Paulo, é que o dispêndio estadual é bem maior que o dispêndio

Federal; no Estado de São Paulo, diferentemente do que acontece em todos os outros estados brasileiros, a parte Estadual do investimento em Ciência e Tecnologia é bem maior que a parte federal.

E na coluna do lado direito, é o resto do Brasil, quer dizer, a soma de todos os estados menos São Paulo; aí você vê, realmente, as empresas têm um papel pequeno; o governo federal carrega quase tudo, e os governos estaduais entram pouquíssimo no investimento em Ciência Tecnologia e Inovação. Então, essa figura também, de uma forma, ilustra como é importante no estado de São Paulo que o governo estadual tenha a iniciativa de tocar, e de liderar, o planejamento; porque, do ponto de vista de organizações públicas, é quem mais põe dinheiro nesse assunto.

Então tem oportunidade de dirigir, de liderar, de estimular, de incentivar certos comportamentos; essa também, na parte institucional, essa figura faz uma comparação com vários países do mundo sobre, é assim ó: o eixo vertical é quantos por cento do PIB é gasto em pesquisa feito pelo Governo, parte do Governo. Então, se tiver muito para cima no gráfico, que dizer que o Governo põe uma fração do PIB grande; no eixo horizontal, é quantos por cento do PIB as empresas daquele lugar põem em atividade de pesquisa; e o tamanho de cada bola é o total do gasto em pesquisa, em porcentagem do PIB.

Então você vê lá a bola vermelha, que tem ali, é o estado de São Paulo; o estado de São Paulo está perto ali na figura, e bem embaixo do estado de São Paulo tem um país que é Portugal, que tem mais ou menos os números parecido com o de São Paulo; um pouquinho embaixo, em gasto governamental, tem a Espanha. Então você veja que a Espanha tem menos gasto governamental, em porcentagem do PIB em pesquisa, do que o estado de São Paulo e do que o Brasil, que está ali no círculo verde – está certo.

A Itália também está abaixo; o deputado Sergio aqui está me chamando a atenção que até o Japão, como gasto governamental, está abaixo do Brasil, e abaixo de São Paulo. Agora, por outro lado, quando a gente olha no eixo horizontal, vocês vão ver lá na frente a Coreia do Sul; empresas com enorme atividade de pesquisa e desenvolvimento, o que ajuda a entender por que que quando você vai comprar a televisão boa, na loja, é coreana. Você vai comprar o carro, é coreano, porque eles estão fazendo pesquisa, para fazer essas coisas bem, para vender no mundo inteiro.

Aí você vai descendo, você tem ali a Alemanha, a Suécia, Estados Unidos, Reino Unido etc.; mais o gráfico serve para ver que o que se gasta em pesquisa e desenvolvimento no estado de São Paulo, e no Brasil, não são números assim daquele

tipo, assim, que a gente pode falar: “É uma vergonha, não dá para fazer nada”. São números um pouco menores do que de outros países mais ricos, mas são números dos quais dá para se esperar resultado bom, como efetivamente tem resultado bom.

Essa outra figura mostra, do mesmo jeito, no eixo vertical na horizontal, mas agora o tamanho de cada círculo é proporcional ao número de bilhões de dólares que aquele lugar põe em atividade de pesquisa. Então vejam como é que a bolinha de São Paulo ficou pequenininha ali; e a do Brasil também, a da China ficou enorme – está certo? E a dos Estados Unidos; então quer dizer, aí você está fazendo a comparação do tamanho pelo valor absoluto do gasto, as duas coisas são importantes: o valor relativo à riqueza que você tem, que diz quando você consegue investir; e o tamanho, que é em valor absoluto, em bilhões de dólares, que diz quantas coisas você consegue fazer direito.

Se você tiver muitos bilhões, você consegue fazer muitas coisas direito; se você tiver poucos bilhões, tem que fazer menos coisas, e tem que cuidar de ter uma base que consiga tratar das coisas novas com alguma flexibilidade. Então isso são dois exemplos de coisas que a gente aprendeu nesse estudo na parte institucional, a última que eu ilustraria é essa aqui, que compara o gasto em pesquisa dos estados brasileiros; isso aí é o gasto em atividade de pesquisa, com dinheiro do contribuinte estadual.

Quer dizer, dinheiro do imposto estadual, da parte do imposto que fica com o governo estadual; vocês vão ver ali o estado de São Paulo, aplica em pesquisa oito vezes mais do que o estado do Rio de Janeiro; e aplicam 29 vezes mais do que o estado de Minas Gerais. Então veja que é uma situação em que, muitas vezes, as pessoas, no debate nacional, falam para nós; para nós, da Fapesp, acontece toda hora, a gente vai em uma reunião em Brasília e eles falam: “Ah, mas lá em São Paulo vocês são ricos, por isso que vocês gastam muito dinheiro”.

Mas não é verdade, porque a renda per capita de São Paulo não é oito vezes maior que a renda per capita do Rio de Janeiro, nem 29 vezes maior que a renda per capita de Minas Gerais, é quase igual; o PIB do Rio de Janeiro é capaz de ser um terço do PIB de São Paulo, o PIB de Minas Gerais talvez seja quatro vezes menos; mas a diferença de 29 vezes, ou de oito vezes, reflete que, do ponto de vista da estratégia estadual, tem uma diferença sobre prioridade, sobre valorizar essa atividade para o desenvolvimento do Estado; que realmente é valorizada no estado de São Paulo.

Na formação de recursos humanos, também, como nós temos não muito tempo aqui, eu reservei para mostrar aos senhor um desafio que é o seguinte: aqui ó, essa figura está mostrando quantas pessoas tem, que fizeram curso superior na idade de 24 anos, em

proporção da população na idade, naquelas pessoas com 24 anos. Então, na Austrália, 80% das pessoas com 24 anos têm o ensino superior completo; no Brasil, 22%; no estado de São Paulo, talvez 30%.

Então você vê, como é que nós aqui, em São Paulo, estamos um pouco na “rabeira” dessa distribuição, que é um limitante para competir com todos esses que estão na nossa frente; porque, como eu destaquei no começo, quem faz essas coisas maravilhosas que a gente quer ter: remédio bom, curar o câncer, satélite, agricultura eficiente, energia etc., são as pessoas. Não é o dinheiro que faz, é a gente que usa esse dinheiro para fazer; então nós temos uma deficiência na quantidade de pessoas bem-educadas, mesmo aqui no estado de São Paulo, mesmo que tenha uma situação um pouco melhor que o Brasil.

E um dos fatores sobre essa deficiência aparece nessa figura, que mostra como, no ensino superior privado, a gente tem 82% da matrícula no estado de São Paulo, muitas escolas muito boas e cumprem um papel importante o ensino privado. Às vezes as pessoas têm a tendência de dizer: “Não, o ensino privado é ruim”, não é. Tem bom, tem médio, tem ruim; do mesmo jeito que no ensino público tem bom, tem médio, tem ruim, e educação em escola particular faz uma função social importante no nosso País, e em qualquer outro país: aumenta a eficiência do país, aumenta a cultura etc.

Mas, o que eu queria mostrar aqui é que, se vocês olharem a parte federal dessa matrícula no ensino superior é muito pequena no estado de São Paulo, é apenas 3% da matrícula; quer dizer, reflete aquilo que a gente falou antes: o gasto estadual é maior, o gasto federal é pequeno. E, uma maneira um pouco mais chocante de ilustrar essa questão é essa figura, onde eu faço a seguinte conta: quantas vagas tem em universidades federais, em cada Estado, dividido pelo número de estudantes que tem matriculado no terceiro ano do Ensino Médio?

Quem está matriculado no terceiro ano do Ensino Médio é, mais ou menos, quem vai ser candidato ao ensino superior; em geral é mais do que isso, porque tem os do ano passado que não entraram etc.; mas dá uma medida. Olha lá, quando você divide, não nos pareceu na discussão lá do plano que seja justo, do ponto de vista federativo, que o estado de São Paulo seja o último do Brasil; com uma porcentagem que dá 3%.

Quer dizer, 3% dos jovens que estão matriculados no terceiro ano do Ensino Médio em São Paulo têm chance de estudar numa universidade federal; enquanto que na Paraíba é 45%, no Rio Grande do Norte é 40%, e assim vai. Quer dizer, aí tem um assunto sobre o pacto federativo que mereceria o interesse das lideranças políticas do estado de

São Paulo; porque o estado de São Paulo é um dos únicos estados brasileiros que não tem uma grande universidade federal.

Tem excelentes universidades federais: Federal de São Carlos, Unifesp a Federal do ABC, o ITA, são excelentes, mas são todos pequenos; não tem nenhuma de 40 mil alunos matriculados, que nem tem a UFRJ, que nem tem a UFMG etc. Então é um acúmulo histórico aí de deficiência para São Paulo que, se a gente planejar, se tivessem notado isso há 30 ou 40 anos, talvez tivesse sido feita as providências para evitar que ficasse desse jeito tão desfavorável para São Paulo; então é uma das observações nossas. (Fala fora do microfone.)

Muito obrigado, deputada. Pesquisa nas empresas no estado de São Paulo, aí nós trabalhamos com essas ideias de como seria possível, no estado de São Paulo, atrair mais investimento estrangeiro para a atividades de pesquisa e desenvolvimento, que é uma coisa completamente possível; e o estado de São Paulo tem se esforçado por isso, mas a gente acha que ainda dá para ter mais resultado nisso. Porque, por exemplo, se você pegar as empresas norte-americanas, que gastam por ano 300 bilhões de dólares em pesquisa e desenvolvimento, 12% do que elas gastam, elas gastam fora dos Estados Unidos.

Então nós estamos falando de 36 bilhões de dólares por ano; nós estamos falando de 120 bilhões de reais, estamos falando de quatro vezes mais do que o gasto total de pesquisa e desenvolvimento no estado de São Paulo; se a gente conseguisse pegar 10% disso para ser investido em São Paulo, imagina a mudança que aconteceria aqui, então isso é muito importante. A Complex com a ideia dos parques tecnológicos – e até, ao mesmo tempo que a gente foi fazendo o plano, as universidades foram desenvolvendo iniciativas para isso, tem esse trabalho que está sendo feito aqui em São Paulo ali com o Ceagesp.

Tem, na Unicamp, o trabalho que estão fazendo com o polo de desenvolvimento sustentável, que está aqui o professor Marco Aurélio, que lidera; a Unesp tem atividades em Araraquara, tem atividade em São Vicente, tem atividade em vários lugares; a UFSCar, e muitas universidades. Mas é algo que a gente precisa ter um plano mais bem organizado sobre isso; e estímulo à pesquisa nas empresas, especialmente em pequenas empresas, porque são as que têm mais dificuldade em mobilizar recursos; as grandes, em geral, conseguem, e se beneficiam de lei de subsídios, de redução fiscal, mas a pequena empresa tem mais dificuldade; então isso nós destacamos.

Por exemplo, eu mostro para vocês aqui nessa figura, quantos projetos a Fapesp tem aprovados por ano, no programa onde a Fapesp financia pesquisa em pequenas

empresas; vocês veem que, ao longo de a gente fazer esse plano diretor, como é que aquilo ali veio subindo. E chegou a ser um projeto por dia útil, quer dizer, todo dia útil uma pequena empresa no estado de São Paulo ganha um financiamento da Fapesp; que pode ser de 100 mil reais a um milhão e 200 mil reais para fazer pesquisa e ficar mais competitivo; essas empresas, veja o que acontece com elas.

Isso é uma ilustração, a parte azul da figura mostra quantos empregos a empresa tinha antes de pegar o financiamento da Fapesp; e a barra completa, com a parte cor de laranja, mostra quantos empregos, três anos depois de acabar o projeto que a Fapesp financiou. Por exemplo: In Vitro, tinha 30 empregados, passou para 268; tudo engenheiro, químico, bioquímico; essa empresa, a In Vitro, ela fabrica 50% dos embriões bovinos que são fabricados no mundo, 50% dos embriões bovinos para fazer fertilização in vitro de boi, para reproduzir; o Brasil produz muita carne, em boa parte, por causa disso aí.

Não é pouca coisa que faz; e várias outras ali, vocês vão ver como a barra sempre cresce; por exemplo, tem uma ali que chama-se Griaule; tinha cinco empregados, depois teve 45, no ano passado essa Griaule, que ficava dentro da Unicamp, depois não cabia mais dentro da Unicamp e foi para fora. A Griaule pegou um contrato de 75 milhões de dólares com o Pentágono para fazer o sistema de reconhecimento de impressão digital, que o pentágono, dos Estados Unidos, vai usar em vários lugares do mundo para fazer biometria.

Competiu com empresa francesa, empresa americana, empresa alemã e ganhou a competição, porque tinha a melhor tecnologia, porque desenvolveu. Então, são ilustrações; essa figura mostra como é que esse número de projetos de pequena empresa da Fapesp tem evoluído ao longo do tempo; olha só que legal, como é que é. É praticamente como semear um monte de pequenas empresas, e ver a coisa crescer; e uma coisa muito importante para o estado de São Paulo, os senhores vão observar, e senhoras, nessa figura.

Tem cada vez mais casos ao sul do Rio Tietê, que é um lugar importante para o estado de São Paulo, e um desafio para fazer desenvolvimento econômico e social ali. E, em geral, essas empresas, onde é que elas estão? Em lugares onde tem boas universidades públicas; elas estão em São Carlos, elas são em Botucatu, elas estão em Araraquara, elas estão em São José dos Campos, elas estão em São Paulo, estão em Ribeirão Preto, estão em Bauru; porque essas universidades chamam esse tipo de empresa.

Por quê? Porque elas formam gente que se forma, e vai criar uma empresa, e às vezes ficam onde ele estava quando estava estudando; então é uma das ilustrações. Outra

ilustração importantíssima nesse assunto da pequena empresa é como as universidades, aí é o exemplo da Unicamp, que é uma universidade que cadastra bem isso; como a Unicamp gerou, nos últimos 25 anos, 820 empresas; das quais 717 estão ativas, e essa 717, no ano passado faturaram, 7,9 bilhões de reais.

Para vocês terem uma ideia, eu ajudo vocês a lembrarem que o orçamento que a Unicamp recebe do governo estadual, por ano, é perto de dois bilhões de reais; então nós estamos falando de empresas que faturam quatro vezes mais. Considerando que as empresas pagam, em geral, 15 ou 20% em imposto, o imposto dessas empresas já está quase financiando o custo da universidade; e que, como todo ano cresce, daqui a pouco vai fechar a conta para. E isso é só uma pequena parte, está certo? É a parte que a Unicamp conseguiu mapear, e que levantou ali no levantamento.

Bom, a Federal de São Carlos também se orgulha de mostrar várias empresas criadas; o Cietec, que tem aqui a incubadora da USP também; no Vale do Paraíba, muitas empresas de alta tecnologia também, financiadas pela Fapesp, geradas do ITA, do INPE, da Faculdade Guaratinguetá; olha lá, isso foi um pesquisador de uma das empresas, chamada Autazes, ele fez para mim esses slide, e colocou para mim o nome de “Paraíba Valley”, porque todo mundo, no mundo inteiro, acha que lugar onde tem tecnologia tem que ser “Valley”, não é? Depois do “Silicon Valley”, então ele fez o “Paraíba Valley”; é bom porque faz marketing, faz um branding da coisa.

Então é isso para ilustrar para, nessa apresentação, alguns dos efeitos dessa discussão do plano diretor; nos institutos de pesquisa estaduais, federais e privados, nós trabalhamos para ver como é que aumenta a efetividade desses institutos. Mas aí você veja: já um desafio foi fazer a taxonomia dessa coisa, quer dizer, identificar todos eles; porque eu aposto que muitas das pessoas que estão aqui nesta sala não sabiam que tem 43 institutos privados de pesquisa no estado de São Paulo; nós também não sabíamos, mas nós fomos achando ali, vai puxando; é que nem tirar minhoca de uma lata: você puxa e sai outra.

O pesquisador fala: “Não, mas eu trabalhei antes e tal”; “Qual que é esse aí?”, “Ah, é lá em Campinas”, aí você descobre que tem outro, e vai e vai. Então, você veja: essa figura aí, a gente tentou fazer uma um mapeamento disso; tem, do lado esquerdo, aqueles que estão ligados a hospitais; tem em cima os estaduais, que eu vou mostrar com detalhe no próximo slide; do lado direito os federais, que nem Ministério da Defesa, CTA, Centro de Tecnologia da Marinha, Amazônia Azul; tem as unidades da Embrapa em São Paulo.

E, em baixo, aqueles que são não públicos, como o Cebrap, Instituto Eldorado, CPQD, Fundecitrus. O Fundecitrus, por exemplo, é um dos lugares no mundo que mais sabe sobre essa doença que dá nas laranjas, que se chama “greening”, eles tão bons nesse assunto, eles ajudam todos os plantadores de laranja de São Paulo a controlar esse negócio do greening no estado de São Paulo; importantíssimo para a economia e para o emprego no estado de São Paulo, e vários outros ali. Os institutos estaduais nós separamos, por que não cabia para pôr ali, está certo?

Tem aqueles ligados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia; a Secretaria de Planejamento; Secretaria de Saúde, e Secretaria do Meio Ambiente, também é uma coleção ampla de institutos. E isso aí é uma das coisas que nós aprendemos, eu me referi a isso na introdução, são dois mil pesquisadores em institutos privados, 1.500 nos institutos estaduais, 940 nos institutos federais.

Então é uma quantidade apreciável de pessoas, com resultados importantes; e aí tem uma lista, eu não vou me deter em cada um dos pontos, mas eu vou mencionar que, nos institutos estaduais, nas várias reuniões que nós tivemos com diretores e pesquisadores, apareceram tópicos como a questão da sustentabilidade financeira desses institutos. Por causa da pouca autonomia que eles têm, eles têm dificuldade para planejar o futuro; para, por exemplo, se envolver em um projeto que dura cinco anos; você não faz projeto sobre cana-de-açúcar que seja mais curto do que cinco anos.

Porque até plantar, e a cana crescer; agora, se o seu orçamento é anual, e você não tem a menor ideia do que vem no ano que, como é que você faz um projeto sobre cana-de-açúcar desse jeito? Então isso é um desafio para o Instituto Agrônômico, porque inibe, limita a capacidade de absorver recursos humanos qualificados. Essa figura que eu mostrei antes, 1.500 nos estudos estaduais, já teve dois mil; mas, o fato de não ter concurso, faz com que as pessoas se aposentem e não sejam repostas.

O fato de os salários serem menores do que o salário de outras organizações vizinhas, faz com que as pessoas entrem ali, faz o concurso do Instituto Agrônômico; dali a nove meses aparece um concurso da Embrapa, e a pessoa vai trabalhar na Embrapa; então é difícil manter as pessoas, por várias das limitações que esse instituto enfrenta. Então isso é o que a gente tinha sobre alguns dos “highlights” sobre os institutos estaduais; eu já vou terminar, não vou esticar demais, não; mas é que tem muita coisa, e eu fico com vontade de contar para os senhores.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - O senhor está muito dentro do tempo, fique à vontade.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Essa quinta sessão, a gente trabalhou com a questão da pesquisa nas universidades, no estado de São Paulo; uma das coisas importantes que deveríamos nos orgulhar, é que 44% dos trabalhos científicos que têm autor no Brasil têm autor no estado de São Paulo. Se você pensar que, em São Paulo, tem 20% da população do Brasil, quer dizer que a presença de São Paulo é mais que duas vezes maior do que a presença demográfica.

Tem uma qualificação nas instituições que é importante, e além disso, essas organizações publicam mais trabalho científico do que todos os outros países da América Latina, exceto o Brasil. Quer dizer, publica mais do que o México, que tem 80 milhões de habitantes; pública mais que a Argentina, que é do tamanho de São Paulo, 40 milhões; mais que o Chile, Colômbia, Peru, Venezuela, e assim por diante. Esses trabalhos científicos são bem recebidos no mundo, aparece na capa de boas revistas científicas internacionais.

E essa figura mostra uma das coisas que a gente começou a discutir no primeiro plano diretor, lá em 2007, e, como eu expliquei para os senhores antes, e senhoras; a gente, ao discutir – as instituições veem ideias ali que elas usam. Então começaram a trabalhar para quê? Para a ideia de você ter mais interação com o mundo; de tal modo que, quando você faz um trabalho científico, você tenha um autor que é de uma universidade em São Paulo, em autor de uma universidade na França, na Alemanha e na Inglaterra; para você ter acesso ao melhor que tem de pesquisa no mundo.

Vejam ali a mudança desse gráfico: até o ano 2009 estava preso ali em 25% dos artigos tinham autores de outros países, e como é que isso subiu de 2009 para cá; já está quase chegando, logo vai, vai, chegar em 50%, é um desses resultados. Mas colaboração, não interessa só a colaboração internacional; um dos assuntos que mais se fala, em estratégia de ciência e tecnologia é: as universidades precisam interagir mais com as empresas, e as empresas precisam interagir mais com as universidades.

Eu acho supercerto isso, é bom que isso aconteça; e essa figura está mostrando o número de artigos científicos publicados, onde tem um autor em alguma universidade em São Paulo, e um autor em alguma empresa em algum lugar do mundo. Vejam como é que essa curva cresce num formato, que parece aquelas curvas que as pessoas chamam de curva exponencial; quando quer falar que uma coisa está crescendo muito é exponencial.

Aí eu fui testar, porque tem jeito, a gente aprende na universidade a testar se a curva é exponencial ou não: a gente tira o logaritmo do eixo vertical e, se ficar uma reta, era exponencial, se não ficar uma reta não era; então aí eu tirei o logaritmo, olha lá, deu uma reta certinho; indicando que esse número de artigos está crescendo a 14% por ano. Eu desafiaria todo mundo que está nesta sala a me mostrar uma outra coisa boa no Brasil que cresceu a 14% por ano desde 1980; é um resultado realmente espetacular, como as universidades em São Paulo. (Fala fora do microfone.)

“WS” é a fonte, “Web of Science”, a base de dados onde eu peguei os dados; quer dizer, o esforço das universidades, não só o esforço, mas a atratividade delas; porque frequentemente elas são procuradas por empresas estrangeiras, que vêm para cá e falam: “Olha, aqui tem gente que entende de semicondutores”, então vem a Intel, e quer contratar o projeto de pesquisa em colaboração com a Unicamp; vem a empresa farmacêutica, e contrata com a USP, com a Unicamp, com a Unesp, com a Unifesp etc.

Quer dizer, tem muitas empresas nessa coleção aí, mostrando que a interação de universidade com empresa é forte, e é crescente no estado de São Paulo; não está certo dizer que ela é fraca; por exemplo: pesquisadores da Unicamp, da USP e da Federal de Santa Catarina trabalharam com a Embraer, para ajudar a Embraer a fazer o projeto desse avião que está na fotografia do lado direito, que é o melhor avião de 100 passageiros que tem no mundo ainda, desde que eles lançaram o avião em 2010.

O melhor, não tem nenhum outro melhor do que esse aí; vende mais do que todas as empresas. E a figura que está do lado esquerdo, estava no relatório que veio para a Fapesp dois anos antes de ter o primeiro avião feito; porque eles estavam fazendo a fluidodinâmica, que é estudar como é que o ar e os fluídos vão passar pelo avião quando ele, nesse caso aí, quando ele aterrissa em uma pista inundada. Olha que beleza de engenharia, como é que o modelo deu exatamente o que o avião de verdade deu; quer dizer, eles fizeram o projeto direito desse avião, e avião é uma coisa difícil de fazer.

Não é que, se der errado, você entorta um pouquinho para cima ou para baixo e conserta; se começar errado vai errado até é o fim. É um exemplo de interação de universidade com empresas, mas tem milhares de outros, dos quais a gente poderia falar; que empresas que colaboraram com as universidades? Tem a Petrobras, tem Novartis, tem várias farmacêuticas, tem a Vale, tem a Embraer, tem Agilent, tem Eletrobras, tem GlaxoSmithKline; é uma coleção grande de empresas que fazem, e participam, desse tipo de colaboração.

Esse assunto de as universidades criarem empresas eu já me referi, a gente destacou, no assunto da pesquisa acadêmica, que uma das limitações importantes no estado de São Paulo, para competirem com o resto do mundo, era o fato de as universidades oferecerem pouco apoio institucional aos pesquisadores. Porque funciona assim: quando o pesquisador contrata um projeto de pesquisa nos EUA, ou na Europa, tem um escritório da universidade que ajuda ele a gerir o dinheiro, gerir o projeto, fazer aquilo funcionar.

De tal modo que o pesquisador gasta o dinheiro com a pesquisa, e não o dinheiro com as contas, a prestação de contas e a burocracia. Aqui em São Paulo, o pesquisador que ganha mais dinheiro tem mais trabalho, porque ele tem que fazer a prestação de contas; ele tem que telefonar para o visitante que vem, para reservar o hotel, para marcar a passagem do sujeito que vai viajar, tem que marcar a reunião dos estudantes; tem que fazer tudo, e acaba fazendo pouco da ciência, que é aquilo mais importante, que é o que vale o salário dele.

Então, no plano a gente identificou isso, e a Fapesp, por exemplo, tomou várias providências para incentivar as universidades, e já melhorou bastante; mas ainda nós esperamos que vai melhorar mais ainda no futuro, para o apoio que as universidades oferecem aos pesquisadores. A interação internacional, cooperação internacional, e outros tópicos relevantes; na interação de universidade com a empresa, também um elemento que apareceu na discussão foi que seria importante ter projetos mais ambiciosos.

Além dos projetos eventuais de consultoria, projeto curto, ter projeto onde você faz um centro de pesquisa que vai durar dez anos, que tem pesquisador da empresa trabalhando junto com o pesquisador da universidade; usando essa ideia, que apareceu no plano diretor, nós criamos na Fapesp esse programa de centros de pesquisa em engenharia. Nós já temos esses 12 centros, dos quais um tem quatro pedaços; então seria, na verdade, 15 centros, em parceria com empresas como a IBM; eu falei para vocês da inteligência artificial; Usina São Martinho com a Unesp, sobre controle biológico em cana-de-açúcar; a Shell, o número cinco ali, veio para nós e fez um centro sobre gás natural na Poli.

Eles ficaram tão satisfeitos, que dali a dois anos voltaram e fizeram mais quatro centros; sobre todos aqueles quatro tópicos que estão mostrados, a Equinor; um monte de empresa do mundo, nós temos uma fila enorme ali na Fapesp, de empresa querendo fazer centros de pesquisa em parceria com as universidades. Veja, esses sempre são bons, absolutamente; mas eles são especialmente bons em época de crise; porque eles

funcionam assim: cada real que a Fapesp põe, a empresa põe mais um real; então você multiplica por dois o dinheiro da agência financiadora.

Então cada um desses centros aí tem um real da Fapesp, um real da empresa, e a universidade, na forma de salário e infraestrutura etc., põe dois reais do seu custo; então o dinheiro da Fapesp e o dinheiro da empresa é multiplicado quatro vezes. Então as empresas correm atrás de fazer isso, aí a propriedade intelectual é compartilhada ali, entre a universidade e a empresa, ou as empresas quando tem mais de um; e eles obtêm resultados que é para ser competitivo mundialmente.

Porque você vê, a Shell não veio fazer pesquisa aqui na Poli para fazer coisa que vai ser competitiva no Butantan, eles vêm aqui porque eles querem fazer uma coisa que vai ser competitiva no mundo inteiro, ser o dono do gás natural no mundo. Ou a GlaxoSmithKline, que trabalha com o Butantan para fazer descobrir molécula que pode usar para fazer remédio, que venha dos animais peçonhentos que tem ali no Butantan: cobra, escorpião, aranha etc.; então é uma iniciativa, realmente, que está dando certo, essa daí.

E eu termino mostrando para vocês só esse slide aí, sobre alguns dos setores que a gente considerou ali como especialmente importantes, que mereceriam atenção; dá para reconhecer aí vários que estão no edital que a gente fez, do Ciência para o Desenvolvimento; assuntos como drogas para câncer, fármacos e vacinas, o assunto de risco sanitário, citricultura. Quer dizer, isso veio de uma discussão que nós fizemos também, de novo, com dezenas de pessoas participando, dezenas de organizações.

Mas, como eu disse, é uma lista que é dinâmica, porque, por exemplo, nessa lista que a gente discutiu em 2016, não tem inteligência artificial. Ninguém levantou à mesa esse assunto, em 2016; então agora é importante; mas como eu disse, felizmente, nós temos uma base de pesquisadores que a gente consegue mobilizar para fazer o centro com a IBM, e adicionar, nessa lista, a inteligência artificial. E, no futuro, vai aparecer mais coisa que a gente não notou, e que apareceu.

Ou porque a gente não notou e aí surgiu o desenvolvimento em algum lugar do mundo, ou porque na época era uma coisa irrelevante; por exemplo, se fizesse essa discussão há 25 anos ninguém levantaria e o assunto de zika, dengue e chicungunya; porque todo mundo à mesa diria: “Não, isso daqui é coisa que está controlada, não sei o que”. E, hoje em dia, quando você vai falar em pesquisa em saúde, a primeira coisa que aparece é zika, dengue e chicungunya.

Então, tem uma dinâmica nos problemas que, lamentavelmente, a maior parte dos problemas que uma sociedade enfrenta, ela não consegue prever exatamente. Então ela precisa ter uma base de gente sabida, para tratar com o problema novo, que aparece dali em diante. Muito obrigado.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Deixa só eu fazer uma conclusão, você está inscrita aqui, já te passo a palavra. E fica aberto, você me ajuda aqui?

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, presidente, para mim, para eu falar depois da deputada Beth.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - A nossa colega vai estar fazendo a inscrição, e aí também, após os deputados falarem, eu abri a palavra para os...

O SR. ED THOMAS - PSB - Presidente, é só para cumprimentar só, porque eu tenho um outro compromisso; e dizer do agradecido que estou, foi muito, mas muito importante estar aqui hoje. A deputada está me pedindo bem rapidamente, e sem passar na frente, presidente, para sair; eu vi e me emocionei, há mais ou menos 30 dias, uma matéria do filho que ficava realmente constrangido de ver o pai cortar a cana, fazer o caldo de garapa, voltar para casa sem ter vendido tudo, e ter que descartar.

E ele falou: “Pai, mas não pode”, e ele dizia: “Pode, porque isso aqui azeda é daí não pode”; e ele conseguiu pasteurizar o caldo de cana para o pai, ou seja, 180° engarrafado, e levado à geladeira por seis meses sem perder o sabor, gosto, e alterava um pouquinho só a cor do caldo. Mas, foi mais do que isso: ele conseguiu isolar o bicho barbeiro e o mal de Chagas, que estão no caldo, na cana, e também no açaí; e a alegria da mãe, de falar: “Meu filho vai ser um cientista, vai ser um pesquisador”, e ele ganhou a bolsa de estudo. Então, quando o senhor falava desse investimento no humano, eu comentei com a professora Bebel; perdão, viu, presidente? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - E, depois das falas dos nobres colegas, também abro de acordo com o tempo aqui do professor Brito, para também os presentes aqui; mas bom, primeiro eu agradeço imensamente, deu para clarear

muitas coisas, não é? E algumas coisas são óbvias. Como é que a gente começa a discussão se a gente não tiver objetivos em comum, se a gente não começa procurando pelas entidades, instituições e as iniciativas que são parecidas com o que a gente está fazendo?

Nesses oito meses de mandato aqui, eu tenho conversado bastante sobre Ciência e Tecnologia, e tenho visto ótimas iniciativas dispersas; então acho que o primeiro grande passo a ser dado é reunir todas as boas iniciativas, como o senhor muito bem fez, e tem um mapeamento muito claro ali das entidades. Acho que vai ajudar bastante a gente, até o nosso trabalho a partir de agora; depois de tudo isso que você falou também, me trouxe ainda mais uma preocupação: a gente tem um mapa muito bem desenhado, como você falou, das entidades, do fomento, e da pesquisa; e aí, em algum momento ali, você mostrou como que as empresas recebem o apoio do PIPE, e aumentam.

Eu ia falar exponencialmente, aumentam bastante o número de funcionários e número de empregos; o que me preocupa bastante é, depois que aquela empresa se constitui e começa a crescer, se a gente não tiver um ambiente regulatório no Brasil atrativo para que ele se mantenha aqui, a gente corre o risco, já estamos perdendo, várias dos nossos principais cérebros, e a sede das nossas empresas; em especial empresas de base tecnológica.

Então não sei se caberia dentro do plano, mas acho que é um incentivo às pessoas ligadas a esse tipo de trabalho que você está fazendo, para a gente continuar olhando para o nosso quintal aqui. Depois que a gente deixa tudo pronto, a gente acaba perdendo essas empresas para outros países que tenham um ambiente regulatório mais fácil. E a gente está falando de desburocratização, enfim, mas esse é um risco que a gente corre: a gente financia, fomenta, deixa tudo pronto; e aí, depois, fazer a patente não consegue, demora vários anos e acaba perdendo a competitividade, enfim. Bom, vocês chegaram a olhar alguma coisa nessa linha? De ambiente regulatório?

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Ambiente regulatório, não, demais, nós discutimos várias vezes sobre esse equilíbrio, que é desejável, entre gente que vai embora e gente que vem de fora; porque, quer dizer, esse equilíbrio aí, às vezes desloca um pouco mais para um lado, às vezes desloca um pouco mais para o outro; mas a nossa conclusão ali foi que, aqui no estado de São Paulo, a gente... Primeiro: tem que prestar atenção nessas restrições e nesses obstáculos vários, o assunto da propriedade intelectual, acesso a capital, acesso a capital de risco.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - E mão de obra qualificada?

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Em certos setores, por exemplo, saúde, drogas, e ambiente regulatório; a questão da dificuldade de fazer ensaio clínico etc. Mas, por outro lado, o estado de São Paulo oferece também muitas vantagens importantes, que fazem gente vir de outro lugar para cá; não só de outros estados do Brasil, por exemplo, no programa PIPE da Fapesp está cheio de gente que muda de outros lugares do Brasil para São Paulo, para fazer a pequena empresa aqui, porque tem o programa.

Mas nós começamos a ter, de novo, a ilustração é justamente no caso da inteligência artificial; como a Fapesp traz de outros lugares do mundo muitos cientistas, como bolsista de pós-doutorado; porque a gente insiste muito com os pesquisadores que, na hora de selecionar um bolsista de pós-doutorado, tem que achar a melhor pessoa no mundo, não a melhor pessoa no corredor onde ele trabalha. Então 20% das bolsas de pós-doutorado que a gente consegue são para gente que vem de outros países.

Vários desses, depois que termina o estágio de pós-doutorado, ele vê essa oportunidade do PIPE, e cria a empresa; então nós temos, já, uma meia dúzia dessas empresas novas na área de inteligência artificial, que foi gente que a gente trouxe da Espanha, da Alemanha, da França. Então o que eu estou querendo dizer é assim: a gente deve prestar atenção, para reduzir os obstáculos e, ao mesmo tempo, a gente não deve ter demais complexo de inferioridade, achando que os estrangeiros não querem vir para cá de jeito nenhum; porque eles querem.

Porque o mundo da ciência e tecnologia é competitivo em todo lugar do mundo; então ninguém tem vida fácil na França, na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos; porque, às vezes, tem uma idealização de quê lá tudo é bom, e aqui tudo é ruim. Não é desse jeito; a gente tem atrativos aqui que fazem as pessoas virem para cá.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Sem dúvidas, talvez eu tenha me expressado mal, mas o grande foco é assim: a gente não perder competitividade de bobeira, tem as regras.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Claro, toda a oportunidade de aumentar a atratividade a gente tem que fazer.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Perfeito, eu vou deixar uma provocação ou uma pergunta, mas eu vou abrir a palavra para eles, que eu acho, imagino que a sua resposta para eles deve, também, contemplar a minha pergunta: a gente aqui, enquanto Comissão, é uma Comissão bastante engajada; eu vi o histórico do ano passado, a gente não teve nenhuma sessão registrada em Ata com quórum no ano passado, na Comissão de Ciência e Tecnologia; e neste ano a gente já teve várias, devido a participação de vocês, nossos colegas. E o que a gente, enquanto Comissão, poderia fazer para ajudar, para dar peso para o plano, para enfim, que oportunidade que você vê que a gente poderia ajudá-lo. E aí eu abro a palavra para a nobre deputada Beth Sáhão.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Bem, primeiro cumprimentar o senhor Brito, e lamentar a ausência do Sr. Marcos Vinícius, que também estava convidado para participar desta reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia hoje, mas não compareceu. O senhor coloca várias questões, que me remetem a muitos questionamentos; o primeiro deles, o senhor faz uma apresentação muito boa, e aqui eu quero já deixar de início e dizer que a gente não é contra a parceria das universidades, ou da Fapesp que seja, com empresas privadas.

A gente só acha que falta, que essas parcerias sejam cada vez mais discriminadas, que elas sejam cada vez mais transparentes, que nós tenhamos mais conhecimento dos critérios que são adotados; e isso foi um questionamento que eu fiz, particularmente, na presença dos reitores das três universidades; sobretudo a Unicamp que tem uma forte tendência a essas parcerias. Acho que, já fui pesquisadora também, e sempre privilegiei a isenção da pesquisa científica; e sempre questiono, até hoje, a qual o papel do setor privado, e como ele pode manter essa intenção, é algo que a gente sempre tem dúvidas; o senhor coloca, no início da sua fala, a questão do impacto social, que ações que beneficiam a sociedade sem, necessariamente, ter um resultado econômico imediato.

Eu lhe pergunto se, nessas parcerias que são feitas com as empresas públicas, se, de fato, essas empresas abrem mão de ter os seus retornos financeiros o mais rapidamente possível; se elas têm essa tolerância de tempo, como é que funciona isso? Porque, muitas vezes, é a lógica do capital que permeia essas empresas na sua busca pela lucratividade;

e acho isso legítimo, não estou deslegitimando essas questões; mas como é que fica isso? Se tem algum tipo de pressão, ou se essa parceria é natural.

O senhor também põe na sua explanação, eu observo uma valorização dessas parcerias; e senti falta, também, de como que, porque as parcerias com os institutos públicos, por exemplo, de pesquisa. Ontem eu tive a oportunidade de estar no Instituto Biológico, participei de uma apresentação lá, e em um dos slides apresentados pelo pesquisador, o gráfico dos pesquisadores, ele está numa ordem decrescente assustadora; o senhor apresenta 1.499 pesquisadores; os números que a gente tem pela APqC são de 1.237 pesquisadores hoje na ativa.

Sendo 1.203 cargos de pesquisadores vagos nos institutos, que não foram abertos concursos; e a gente sabe que eles estão lutando com uma enorme dificuldade para poder manter a qualidade das suas pesquisas, que vêm sendo bastante sucateada pelo próprio Governo do Estado, inclusive na sua tentativa de concessão de áreas de institutos, concessões de serviços desses institutos, e até de propostas para alguns, de serem subsumidos para algum, se tornando departamento.

Deixando de ser institutos, para se tornarem departamento; que é uma lógica desse Governo que aí está; o senhor também cita a respeito do Concite; eu fiz um requerimento à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, perguntando desde quando o Concite não se reúne, a resposta do chefe de gabinete daquela Secretaria foi que a última reunião do Concite foi realizada no dia 25/03 de 2014; portanto, nós estamos há mais de cinco anos sem a realização de uma reunião do Concite.

E essa chamada ela deve ser feita, inclusive, pelo governador; a gente está até pensando em alguma medida judicial, no sentido de poder fazer com que o Concite se reúna; e mais do que isso, que ele também possa ter representantes, inclusive, de todos esses institutos. Eu não sei, exatamente, quais são as formações exatas lá; mas, de qualquer modo, conselhos são importantes, porque eles são deliberativos para muita coisa, eles discutem a política de Ciência e Tecnologia no Estado.

E o senhor disse também do plano diretor; concordo com a sua observação, de que planos diretores, às vezes, dali quatro anos, eles se tornam obsoletos; concordo com isso, porque a sociedade é dinâmica, ela muda, e requer alterações e transformações em planos diretores. No entanto, eu gostaria de saber se, de 2003 até hoje, que é 2019, o que de fato foi produzido, do ponto de vista dessa política de Ciência e Tecnologia para o Estado; e, se não foi produzido, porque que, até hoje, isso não foi apresentado; e se tem, nessa discussão, a participação da comunidade científica.

Não só das universidades públicas, mas também de todos os institutos de pesquisa. Nós estivemos na Fapesp, conversando com o professor Zago; e, eu mais representantes dos institutos, solicitando a ele a participação de representantes dos institutos, também, naquele órgão; ele nos disse que acha que em abril vai ter uma mudança, e, a partir dali, pode ser que haja, de fato, essa oportunidade de ter representação dos institutos ali.

A Fapesp, hoje, me parece que passa 120 milhões ao ano aos institutos de pesquisa, o que é bom, ninguém está dizendo que não, mas é insuficiente; e eu lhe pergunto se não haveria a possibilidade de aumentar um pouco esse repasse, para ajudar no próprio custeio desses institutos; uma vez que o senhor sabe que a situação não é fácil. Quando o senhor fala das universidades também, públicas, no estado de São Paulo; eu tenho um dado aqui que é do Brasil, das universidades privadas; reconheço, também, que há universidade privadas que são dignas de elogio.

Só que a pesquisa científica, 95% dela, segundo dados, está nas universidades públicas paulistas, e nas universidades públicas federais; e também, o senhor fez um quadro apontando o repasse de recursos federais para outros estados, e São Paulo é o último Estado, do ponto de vista de receber recursos das universidades para pesquisas etc. Lembrando que esse aqui, além de ser o Estado com maior receita, nós estamos em uma luta aqui desde 1900 e bolinha, 1996, tem uma luta aqui nesta Assembleia Legislativa para aumentar o repasse do ICMS, de 9,57 para, no mínimo, 10% para as universidades públicas paulistas.

Porque isso ajudaria muito, e representaria um valor, um montante de cerca de 500 milhões. Pode também não resolver todos os problemas dos déficits que hoje vivem essas três universidades paulistas, mas, com certeza, poderia ajudar. Eu estou aqui controlando o meu tempo, porque eu tenho dez minutos, eu tenho dez minutos para poder fazer a minha intervenção; e, portanto, ainda estou bem dentro do meu tempo.

Eu queria também dizer para o senhor a respeito do concurso, que o senhor mesmo falou: o último concurso para os institutos foi em 2003; sendo que hoje, como eu já disse, 50% dos pesquisadores estão vagos, e 80% dos cargos de carreira também; o que é duro, porque eles representam um apoio, e um suporte, muito grande para os pesquisadores que trabalham nesses institutos. Agora, eu queria aqui fazer algumas perguntas que o pessoal também me encaminhou, que é março de 2014, a Fapesp foi responsável pela elaboração do termo de referência, insumos para o plano diretor da Ciência, Tecnologia e Inovação do estado de São Paulo, atendendo à solicitação da SDE.

No que o conteúdo proposto à época difere do que está sendo proposto neste presente momento? Essa é uma pergunta que eu faço para o senhor; também tem uma recém-anunciada parceria do GESP com a University Brazil Singularity, a ser instalada no território da CITI, que é o Centro Internacional de Tecnologia e Inovação; no âmbito do novo plano diretor da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, é outra pergunta que eu faço com o senhor; e por que neste caso, se houver, em caso positivo, por que as Universidades públicas paulistas não poderiam assumir esse protagonismo? Também lhe pergunto; se houver novas considerações ao longo da reunião, eu posso fazê-lo novamente.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Calou a boca de todo mundo, não é?

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Muito obrigado, deputada.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Você tem duas horas e meia para, não, brincadeira.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Devo responder agora, já?

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Responder antes, e depois a gente passa para o próximo.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Então, deputada, muito obrigada pelos comentários e questões, eu acho que eu anotei aqui, eu vou tentar seguir a sequência dos pontos que a senhora foi colocando; e em primeiro lugar, tenho mais do que 100% de concordância, se isso for possível, com a ideia de que, na parceria entre o setor público e o setor privado, é essencial haver total transparência e visibilidade. Na verdade, eu não gosto muito de falar transparência, porque transparência é uma coisa que a gente não vê, eu gosto de falar de visibilidade, visibilidade dos critérios, visibilidade dos procedimentos; e é dessa maneira que nós temos trabalhado na Fapesp.

Em todas essas parcerias com empresas que a gente tem desenvolvido, e oferecido em editais públicos, para que todas as instituições no estado de São Paulo possam competir por essa oportunidade, e por esse recurso; isso é muito importante não só no

momento de oferecer a oportunidade, também é muito importante no momento de se negociar os termos da colaboração. Porque, justamente como a senhora destacou, muitas vezes a ideia, ou o desejo, do parceiro privado não é a melhor coisa do mundo, no que diz respeito ao interesse público; e cabe ao órgão público zelar pelo interesse público.

É isso que a gente faz sempre na Fapesp, e eu vejo, na mesma forma, nas universidades, nos institutos de pesquisa, sejam estaduais ou federais, eles cuidarem disso; e um dos pontos que a gente discutiu bastante durante a preparação do plano diretor, mas é dessas discussões que ela não gerou, na verdade, uma proposta de fazer uma coisa, fazer uma lei, fazer uma regra. Mas gerou um aprendizado de todos que participaram, para fazerem melhor no futuro; embora algumas das ideias tenham sido usadas naquela lei que foi feita, se eu não me engano saiu no fim de, foi no ano passado que saiu a Lei Estadual da Inovação; a segunda ou terceira versão dela.

Então isso é muito importante, por exemplo, a questão da propriedade dos resultados; cada caso é um caso, deputada, não tem uma regra geral para isso, eu já vi de tudo, viu? Às vezes tem empresa que surpreende a gente, a gente vai discutir com a empresa e acha que eles vão querer ser donos de tudo, e a empresa vira para nós, uma das grandes empresas do setor da tecnologia de informação com a qual nós discutimos, e elas falaram: “Não, a nossa visão sobre a propriedade intelectual é que ela tem que pertencer totalmente às universidades onde o projeto acontece, mas nós não queremos ter nada. Nós só queremos o seguinte: se a universidade, um dia, for fazer um licenciamento exclusivo para alguém, precisa oferecer primeiro para nós e nós temos 30 dias para responder. Se a gente não responder, eles fazem o que quiserem; se a gente responder que aceita os termos que eles oferecerem, a gente pega”.

Eu até perguntei para eles: “Poxa, mas vocês estão oferecendo condições que grandes empresas estatais brasileiras não oferecem. E por que que vocês fazem isso?”. E eles, essa empresa era a Microsoft, e os da Microsoft viraram para mim e falaram: “Porque, se não for desse jeito, nós não conseguimos fazer contrato nenhum com nenhuma universidade americana”; por que as universidades americanas têm um certo procedimento ali, que eles querem ser donos da propriedade intelectual, eles não querem entregar tudo para quem é o parceiro. Então acontece de todo tipo; eu acho que eu tenho um certo, uma certa satisfação vendo que as universidades, aqui em São Paulo, nos últimos 25 anos, aprenderam muito sobre como negociar esses contratos com as empresas.

E aprenderam a buscar uma saída que proteja o interesse público, e não inviabilize aquela oportunidade. Então eu posso dizer que, ali na Fapesp, a gente nunca perdeu um contrato desses por causa de problema de propriedade intelectual; o que não quer dizer que a gente não tenha gasto muitas horas, às vezes muitos dias, pensando no problema, negociando e discutindo; até achar uma solução que defenda o interesse público.

O que é uma coisa, essa história do interesse público nesse assunto de propriedade intelectual é complexo, porque o primeiro pensamento, em geral, que a gente tem é: “Ah, mas se a empresa ficar com a patente, não é do interesse público”. Não sei, porque às vezes, a condição para a empresa usar aquela coisa e tornar aquilo um produto usável pelo público é ela ter a patente; então, às vezes, não ter a patente pode inviabilizar a coisa. Por exemplo, um remédio: eles não vão fazer o remédio se eles não tiverem uma patente que permita a eles ganhar algum benefício com aquilo; então é melhor para o interesse público ter o remédio, ou não ter?

É melhor ter; aí a próxima pergunta é: em que condições? Aí tem que discutir as condições, em que isso fique aceitável, e onde justifique a aplicação do dinheiro do contribuinte. Uma outra coisa muito importante nessa discussão, que frequentemente é perdida no debate brasileiro, é o seguinte: aqui, na minha maneira de ver, só faz sentido usar dinheiro do contribuinte em colaboração com empresas, ou para financiar pesquisa em empresas, se esse dinheiro for levar a empresa a fazer alguma coisa que ela não faria sozinha.

Porque, se ela faria sozinha com o dinheiro dela, se a gente quiser o dinheiro do contribuinte a gente só está fazendo a empresa tirar o dinheiro dela, e gastar com outra coisa; então precisa ter o que define isso na literatura mundial é um assunto bem estudado, o assunto do deslocamento dos recursos. O que define isso é assim: precisa ter risco científico suficiente para a empresa ter medo de fazer aquela coisa sozinha, precisa ser suficientemente difícil para ela fazer: “Ah, mas tem uma chance de não dar certo, eu não vou fazer com o meu dinheiro”; aí, se a coisa for suficientemente importante, fala: “Não, então vamos pôr um pouco de dinheiro do contribuinte para reduzir o risco da empresa”.

Essa é a maneira como, no mundo inteiro, as agências de financiamento trabalham nesse assunto da colaboração; e é difícil de medir, mas precisa ser visível e transparente, e ter critérios bem definidos. Isso é tudo muito publicado e publicizado etc., é absolutamente essencial; o segundo ponto que a senhora destacou, a questão de parcerias entre as universidades e institutos de pesquisa; eu passei meio rápido, mas tinha um dos slides que falava justamente disso, acho que era, se puder por lá, mas estava lá. Era a

história de estimular a colaboração entre universidades e institutos públicos, era um dos slides ali da frente.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Essa apresentação é pública?

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - É, eu posso mandar o PDF com um arquivo menor. Olha lá, é a primeira linha vermelha ali, e é essencial, e é a maneira como a gente trabalhou nesse edital que nós acabamos de fazer, do Ciência para o Desenvolvimento. Na verdade, a gente queria estimular mais a parceria, a gente queria obrigar que tivesse parceria entre universidade e instituto, e entre instituto e universidade; mas, no fim, a gente acabou fazendo uma coisa um pouco mais fraca do que isso, mas vai ter bastante parceria. E é muito importante, porque.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Essas parcerias são sobre os projetos apresentados pelos institutos?

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Isso, ou pelos institutos, ou pelas universidades; de repente o projeto pode ser apresentado pela universidade, e ter pesquisadores dos institutos participantes, em cada caso pode ser um pouquinho diferente. O que, eu acho que um pouco, falando dos institutos estaduais, restringindo, eu tenho a impressão que uma das dificuldades que acontece aí nesse setor é justamente aquilo que a senhora falou, quer dizer, tem essa restrição sobre reposição de pessoal, e tem uma restrição sobre; como tem a restrição de reposição, acaba tendo uma restrição sobre qualificação.

Porque, nas universidades que têm feito concurso com mais regularidade, a contratação de pessoas mais jovens quase sempre aumenta a qualificação; porque o Brasil é assim, as pessoas estão sendo mais bem-educadas hoje do que há 30 anos. Então você pega um pesquisador melhor num concurso hoje, do que num concurso feito há dez anos, ou há 20 anos, ou há 30 anos; então, quando você está selecionando pouca gente atualmente, você está perdendo a chance de trazer gente.

Especialmente num fato que mudou muito na ciência mundial nos últimos 40 anos, que é o assunto da internacionalização, de ter gente de muitos lugares do mundo; quer dizer, a ciência se tornou uma coisa muito internacional, muito mais do que era há

30 ou 40 anos. E, enquanto as universidades, por terem o regime de autonomia, conseguiram acompanhar isso, os institutos de pesquisa conseguiram muito menos; não que eles não se esforcem, eles se esforçam bastante, eu vejo, acompanho, trabalho muito, mas eles – mas eles têm menos instrumento para fazer isso.

Até quatro anos, o diretor do instituto não podia assinar um convênio com uma empresa, tinha que mandar para o secretário, que tinha que mandar para o governador; enquanto, há 40 anos, o reitor de qualquer universidade em São Paulo podia assinar o convênio com uma empresa; então isso limita a maneira de funcionar, a maneira de qualificar etc.

Então, essa interação eu acho que é muito importante, e nós estamos valorizando ela bastante; a senhora pergunta sobre o Concite; olha, eu não saberia dizer, quando teve essa reunião de 25 de março de 2014, que foi a reunião onde se anunciou o plano diretor, eu fiz uma apresentação nessa reunião. Eu era membro do Concite, mas depois não teve mais. Sei lá, mas não é a Fapesp que convoca o Concite, está certo?

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - A gente pode pensar em como cobrar isso, enquanto Comissão.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Seria bom, eu até pus, acho que no segundo slide meu, que o Concite seria um lugar bom para ser o foco da discussão e da articulação. Sobre o plano diretor, o que foi produzido eu tentei mostrar aqui algumas das coisas; e como eu disse, quer dizer, muitas das ideias que a gente discutiu ao longo, com essas 41, na verdade foram mais de 41 pessoas que participaram, sobre o plano; como a gente não fez nada secretamente, a gente fez abertamente, as instituições foram usando.

A pessoa era pró-reitor de uma universidade, saía da reunião, e daqui a três semanas você via que fez uma norma usando uma ideia que a gente discutiu na reunião; então é uma coisa que tem uma dinâmica boa, fazer abertamente isso. A senhora perguntou se há a participação da comunidade científica; como eu disse há, está certo? Houve, tem esse comitê ali, com 40 e tantas pessoas que até foram mudando; então o número de pessoas passaram mais do que 41 ali, de instituições de várias naturezas; por exemplo, eu, pessoalmente, fiz reunião com mais de 20 diretores de Instituto de Pesquisa Estadual.

Três de uma secretaria, quatro da outra etc., para ouvi-los, para anotar sugestões etc.; que dizer, então teve muita participação; universidades privadas e universidades

públicas. Veja, é pouco, como a senhora falou, é como eu falei: elas são diferentes, tem algumas poucas universidades privadas que têm esforços de pesquisa muito meritórias aqui em São Paulo, muito meritórios; veja, para pegar dois exemplos: a Universidade Mackenzie tem, hoje, o melhor laboratório sobre grafeno que tem no mundo.

O grafeno, por razões outras, virou uma coisa da moda na política, mas é uma coisa séria, está certo? É uma coisa relevante estudar esse material; e, quando a gente começou a discutir sobre isso, o Mackenzie chegou e falou: “Olha, se a gente fazer um projeto para a Fapesp, o Mackenzie está disposto a pôr duas vezes mais dinheiro do que a Fapesp está pondo no assunto”. Eles construíram o melhor prédio de laboratório que eu já vi aqui no estado de São Paulo, ali dentro daquele quadrilátero do Mackenzie, eu não vi nenhuma universidade pública fazer uma coisa assim, na minha vida, na universidade pública.

O Mackenzie fez um negócio de sete andares ali, arrumado; você entra no prédio e parece que você está na Califórnia, é coisa feita bem; e tem uma equipe de pesquisadores de primeira categoria trabalhando, prêmios Nobel que visitam etc. Então, é para ilustrar: o Mackenzie não é uma universidade intensiva em pesquisa, tem esse laboratório e mais umas cinco iniciativas, mas faz direito aquilo que faz; a Uninove é outra que tem atividade muito boa, usa muito um programa que a Fapesp tem de jovens pesquisadores, que traz jovens de qualquer lugar do mundo para iniciar uma carreira de pesquisador em São Paulo.

Tem muita coisa em educação física, fisioterapia, fazem coisa de excelente qualidade, e algumas outras. O que acontece é que, manter a atividade de pesquisa intensiva, como faz a Unicamp, a Unesp e a USP, é muito caro para uma universidade privada; porque eles não dão conta de ter 90% dos professores em tempo integral, então é uma outra lógica diferente; mesmo assim, algumas delas dão boa contribuição. Por outro lado, eu acho que a gente deve levar em conta o seguinte fato: não se deve esperar que toda a universidade seja intensiva em pesquisa, seja pública ou seja privada.

Não tem nenhum país do mundo onde todas as universidades são universidades intensivas em pesquisa. Nos Estados Unidos, que é um lugar rico, com universidade ricas etc., se for contar as universidades intensivas em pesquisa, das 600 universidades que tem lá, deve ter 60, não muito mais que isso; agora, como é que o Brasil vai ter 60 universidades intensivas em pesquisa?

O nosso PIB é um quinto do PIB dos Estados Unidos, a gente precisa ter um pouco mais de realismo no que dá para fazer direito aqui; então, eu acho que precisa levar em

conta esse fato, de que pode haver universidades com educação muito boa, e que não tenham muita atividade de pesquisa.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não, mas quando eu me refiro à pesquisa, eu me refiro que é uma das áreas de atuação das universidades.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Perfeito, estamos completamente de acordo, eu só estava querendo aproveitar para destacar o fato de que, no debate sobre ensino superior no Brasil, há uma expectativa, que eu considero um pouco mitológica, de que todas as universidades que tem no Brasil vão ser universidades de pesquisa. E não tem dinheiro suficiente no mundo para isso acontecer, então aqui muito menos; a senhora perguntou, também, sobre a Fapesp, que fez um edital usado pelos institutos de pesquisa no ano passado, está fazendo outro neste ano.

E, além do assunto do edital, a Fapesp já, historicamente, financia entre 60 e 100 milhões de reais por ano de pesquisa nos institutos de pesquisa; financiar em termos competitivos, apresentam-se projetos, analisa-se o projeto e concede ou não, dependendo da qualidade do projeto; de modo que é uma coisa importante. O que a Fapesp não pode fazer é ajudar, como a senhora mencionou, no custeio; porque a Fapesp é proibida por lei de financiar a atividade administrativa, quer dizer, quem tem que financiar a operação da coisa é o orçamento da instituição; aí ela se organiza, e conquista os projetos.

E eles podem conquistar o quanto quiserem, desde que tenham um corpo de pesquisadores qualificado para competir nos projetos, nos programas, que a Fapesp oferece; acho que o sétimo ponto era sobre o assunto dos concursos dos institutos estaduais, mas eu só posso concordar com a senhora. Precisa ter uma circulação de pessoal ali, especialmente, como eu falei, trazer gente jovem que teve a oportunidade de formar em condições melhores do que quem se formava há 30, ou 40 anos faz.

O oitavo ponto era, a senhora perguntou sobre a diferença de conteúdo do plano diretor de 2014 para hoje, tem diferenças, quer dizer, eu notei diferenças aqui no assunto dos setores focais; onde a gente, naquela época, não pensou na inteligência artificial, porque não apareceu. E, hoje em dia, se for fazer, a primeira coisa que vão por lá é a inteligência artificial; outras diferenças são o fato de que, como nós discutimos naquela época o assunto do apoio institucional ao pesquisador, as universidades avançaram muito nisso.

Então a gente já pode pôr isso não como a coisa mais importante, mas ainda é importante. Um outro elemento que apareceu naquela época, e que a gente já usou e já implementou, é a ideia de que, quando financia um equipamento grande, que se garanta que esse equipamento possa usar por qualquer pesquisador no estado de São Paulo, e no Brasil; e que a instituição tenha uma maneira visível, e transparente, de permitir essa utilização, e esse uso. A última pergunta que a senhora fez, eu não saberia responder esse assunto da parceria do Governo do Estado com a, eu não sei sobre isso; eu vi no jornal também, mas não sei o que é.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - A parceria, do Centro Internacional da Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Bom obrigado, ótimas perguntas, deputada, Beth, passo a palavra aqui, agora, para a deputada Professora Bebel; a senhora tem dez minutos pelo tempo regimental.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, eu serei tão profunda – bem, eu cumprimento o Dr. Brito Cruz, agradeço a presença do senhor aqui, acho que é sempre trazer subsídios para nós, que somos deputados, e que temos; eu particularmente, uma relação com a Educação. E, mesmo não tendo, acho que a Ciência e a Tecnologia ela perpassa todas essas áreas; mas eu observei que o senhor tocou muito na questão de ter um sistema mais articulado, no que diz respeito à ciência, à tecnologia e à inovação; eu tenho concordância com isso.

Eu entendo que, se houver um sistema, seja ele estadual, de articulado, de ciência, tecnologia e inovação; e nacional, isso é dos sonhos; porque nós teríamos a articulação entre universidades e institutos de pesquisa, o público-privado, não é? Teria um marco regulatório, inclusive nesse sistema para, enfim, regular a atividade privada; por exemplo, na ciência e na tecnologia, e estaríamos tranquilos, eu estou mais nesse lado, de como dar continuidade às inúmeras pesquisas, não só da Fapesp, mas de outros órgãos de pesquisas públicos; mas fortemente a Fapesp.

Tem empreendido; e quando o senhor toca no conselho, o Concite. Eu acredito que seria parte desse sistema, porque ele seria o espaço de proposição, e o senhor bem disse, e elaboração daquilo que poderia ser encaminhado como ciência; e até como eleição de prioridade, porque, veja bem, naquela questão temática lá dos setores focais, uma

questão que, na minha opinião de fora, para quem está assistindo todo um movimento na sociedade, é a questão climática.

Eu conversava agora com o setor ligado a esse ramo, do meio ambiente, o que ele dizia? Que, daqui há 70 anos, nós vamos estar, São Paulo vai estar impossível de sobreviver aqui, por conta do aquecimento global; enfim, há que pensar em saídas para isso, então quer dizer, se há esse sistema estadualmente articulado, nacionalmente articulado com esse conselho funcionando, eu diria que é mais tranquilo para o cientista, para a comunidade cientista, científica, todos aqueles setores que estão empreendendo Ciência e Tecnologia.

Mas eu quero pegar uma afirmação do senhor. E não vou ideologizar, por favor, eu estou fazendo; o senhor afirma assim: “Desde 1995 a participação do fomento federal, que era majoritário, vem caindo e sendo substituído paulatinamente pelo estadual, invertendo a relação, e sobrecarregando o contribuinte paulista”, não é? Como reverter essa situação; porque eu não vejo, sinceramente, Dr. Brito, eu não sinto, no momento atual, qualquer movimento.

Aliás, eu vejo o contrário, eu vejo a redução de recursos, na Educação, desde a Educação Infantil até a pós-graduação; e eu, como professora, posso falar isso; como sou professora de Educação Básica, eu não sou cientista, cientista como a Beth, sou professora de Educação Básica; posso falar isso do chão. Dali da vivência que a gente tem; e a gente vê isso paulatinamente acontecer, em termos de investir no professor, investir na Educação de qualidade. Sinceramente, eu não vejo perspectiva; então, como que nós podemos inverter isso?

Ter um grande acordo, por que não? Nacional, focado na ampliação de recursos, na Educação, Ciência e Tecnologia? É algo que eu deixo aí para o senhor comentar, sem a pretensão de provocá-lo para perguntar; e dizer para o senhor, que eu acabo de sair, há um pouco mais de um mês e meio, nós fechamos aí a CPI das que analisava possíveis irregularidades nas universidades, e para mim foi um momento ímpar, em termos de conhecimento, de trazer conhecimento para a Casa, do que as universidades, e a Fapesp, têm feito em termos de pesquisas para o Brasil, e para o mundo até, por que não?

E a última pesquisa, que eu também ouvi muito como crítica lá, o que o senhor achou, ou acha, achou. Porque o Ciência sem Fronteiras deixa de, o que o senhor acha? O senhor mesmo disse que a Mackenzie trabalha com essa política de internacionalização da pesquisa, traz jovens cientistas para cá; mas nós estávamos fazendo o contrário, não? Estávamos pegando pessoas daqui do Brasil, jovens universitários, e mandando para o

exterior; isso foi muito criticado, o que o senhor acha disso? Fique à vontade para responder.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Muito obrigado, deputada.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Só, antes de você começar, eu acho que o tema é bom, o tempo passa muito rápido, não é? Agora, 4 horas e 30 minutos, deve iniciar a Ordem do Dia; caso aconteça isso, encerra-se oficialmente aqui a reunião, mas aí a gente pode continuar informalmente aqui.

O SR. MAURO BRAGATO - PSDB - Eu só queria aproveitar, sem fazer nenhum questionamento.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Não, claro, por favor Bragato.

O SR. MAURO BRAGATO - PSDB - Parabenizar o Dr. Brito, pela exposição, pelo trabalho que vem fazendo na Fapesp, já há muito tempo, a gente já o conhece; e dizer que eu gostaria de lhe perguntar, na linha que o presidente lhe fez, sobre o que nós podemos fazer para ajudá-lo nesse trabalho de fazer o estado de São Paulo uma referência nacional, naquilo que é a articulação da Ciência, Tecnologia e Inovação. No que a gente poderia ajudá-lo nesse trabalho? Acho que a pergunta poderia ser respondida depois. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Sua pergunta.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Muito obrigado, deputado; é sempre uma satisfação encontrar o deputado Mauro Bragato, que teve bolsa da Fapesp, na Unesp, muitos anos faz. A deputada, eu vou começar aqui pelas perguntas da deputada Professora Bebel; a primeira, eu vou começar do fim, deputada, a senhora falou do Ciência sem Fronteiras; eu acho, a minha impressão sobre, a minha avaliação. É impressão, vai, não é tão cuidadosa para ser uma avaliação, é que o programa olhou para um problema certo, mas aplicou uma solução errada; o problema certo é, na minha

maneira de ver, a limitada interação internacional do sistema de pesquisa brasileiro, e das melhores universidades brasileiras, tem poucas pontes com o mundo.

Então esse é um problema importante, a gente precisa se preocupar com ele; porque ciência e pesquisa são coisas que avançam melhor quando quem está envolvido interage com os melhores cientistas e pesquisadores de qualquer lugar do mundo, e não só com aqueles vizinhos; entretanto, eu considero que o Ciência sem Fronteiras trouxe a solução errada para um problema certo, porque criou uma coisa muito monumental, muito custosa, e que, como se viu, acabou impossibilitado de continuar pelo gigantismo do negócio; quer dizer, poderia ter sido.

No programa Ciência sem Fronteiras, gastou-se o equivalente a dez anos do orçamento do CNPq, e agora nós estamos aqui vivendo com o CNPq sem ter orçamento nenhum; quer dizer, foi uma escolha de prioridade mal organizada, na minha opinião; poderia ter sido um programa mais limitado e mais prudente, e que continuasse por muito tempo. Por exemplo, na Fapesp, nós começamos um pouco antes do Sem Fronteiras, um programa onde todo estudante que tem bolsa da Fapesp pode solicitar uma bolsa adicional, para passar de quatro meses a um ano em um bom laboratório fora do Brasil; mas cada pedido a gente avalia, vê se a pessoa tem a preparação, se o laboratório onde vai é bom, como é que aquilo vai funcionar.

O nosso programa está funcionando, nós nunca falamos que vão mandar 100 mil pessoas; mas, daqui há uns dez anos, teremos mandado 100 mil pessoas; mas o assunto não é a propaganda de quanto vai mandar, o assunto é desenvolver a interação internacional; então poderia ter sido uma coisa mais moderada, e que a gente conseguisse manter. Depois a senhora falou da questão da articulação do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, absolutamente de acordo com essa ideia, essa é toda a base da ideia do plano diretor; quer dizer, nenhuma instituição faz tudo sozinha, nem mesmo a Fapesp.

E a pergunta da senhora me permite corrigir uma coisa que talvez, uma impressão que às vezes eu passo; como eu sou da Fapesp, eu tenho muito orgulho da Fapesp, então eu fico falando bem das coisas da Fapesp, porque são boas mesmo; mas o assunto é o seguinte: a pesquisa, no estado de São Paulo, não conseguiria funcionar sem ter o apoio do CNPq, da Capes e da Finep. A Fapesp, sozinha, nunca conseguirá manter o que tem de pesquisa aqui no estado de São Paulo; então, é um esforço conjunto que precisa ser articulado etc.

E, justamente, essa toda é a ideia de se interagir, e conversar mais, entre os entes federativos, e entre as instituições em cada um dos estados; então o plano diretor focaliza mais a questão da interação entre as interações aqui no estado de São Paulo. Mas, tem certas propostas e certos desafios, como aquele que eu mostrei do ensino superior, que é: como é que o governo federal poderia ajudar um pouco mais o ensino superior público no estado de São Paulo? Aí a senhora fala uma coisa muito correta, que hoje em dia é impossível olhar para Brasília e esperar que vai sair muitos coelhos dali.

Mas, quando a gente fala de um plano, não é um plano para o semestre, nem para o mês que vem; se tivesse uma coisa aqui pode combinar: “Está bom, vamos aumentar 1,5% por ano”, daqui a dez anos aumentou um montão. Então, precisa começar a conversação, para pôr na mesa as possibilidades para fazer em uma velocidade razoável; porque, veja, ao dizer que o estado de São Paulo mereceria um pouco mais de apoio no ensino superior público do governo federal, eu não estou querendo, de jeito nenhum também, negar a imperiosa necessidade do governo federal brasileiro a agir para reduzir as desigualdades que tem no Brasil.

É uma função importantíssima do governo federal fazer, o problema todo é como é que equilibra essas duas coisas? Precisa fazer as duas, não pode fazer só uma, então tem que conversar para achar a velocidade possível para tratar do problema, que é correto, que é relevante. A senhora também mencionou a questão da eleição de prioridades, que eu acho fundamental; eu só teria uma observação nessa questão da eleição de prioridade, que é a seguinte: nesse assunto de ciências e de pesquisa, a gente precisa pensar que tem prioridades que a gente consegue ver, agora, com a inscrição.

Tem outras que a gente não consegue, então tem um desconhecido aí; e a gente precisa se preparar para ele; então a questão é um pouco, é sempre, quantos por cento do esforço a gente deve pôr nas coisas prioritárias para o mês que vem, e quantos por cento do esforço a gente deve pôr nas coisas que vão nos ajudar a ter um futuro melhor daqui a dez anos? A única coisa que a gente sabe, em resposta a isso, é que nem 0% em um e 100% no outro, ou 100% em um e 0% dá certo; fora disso, qualquer porcentual está na mesa para ser discutido.

E, na verdade, esses percentuais não precisam ser estáticos; então, de repente aparece uma emergência muito grave, e você pode precisar pôr mais dinheiro, e tirar um pouco daquilo que era genérico; mas o que não pode é esquecer que a gente, como eu falei algumas vezes, eu sempre insisto muito nessa ideia: a gente precisa ser capaz de treinar pessoas para tratarem dos problemas que a gente não sabe quais vão ser.

Essa que é a parte mais difícil de treinar essas pessoas, porque, infelizmente, os problemas aparecem sem avisar para nós cinco anos antes que vão aparecer; então, tem que fazer esse equilíbrio; então para isso precisa ter boas universidades, que ensinem bem os fundamentos da pesquisa e da ciência para os estudantes. De tal modo que eles consigam mudar de tópico, se for necessário, ou se eles quiserem mudar; a gente precisa ter uma base suficientemente ampla de atividade de pesquisa básica, que custa mais barato que pesquisa aplicada, então permite fazer uma base mais larga.

Depois você focaliza em certas coisas para fazer a aplicação; quando vai fazer a aplicação, aí colaborar com o Governo e com as empresas é muito importante; porque você soma recursos, e mais do que isso, você identifica alvos. Porque frequentemente o Governo e as empresas sabem identificar melhor os alvos do que as universidades e os institutos de pesquisa; porque eles é que estão sendo apertados – a empresa, na sua margem de lucro, e Governo pelo eleitor, que cobra coisas e: “O que é isso? O que é aquilo?”.

E então precisa achar o equilíbrio correto para isso. E, agora passando ao deputado Bragato, e ao deputado Sergio, quer dizer, como que a Alesp pode ajudar? Essa pergunta é ampla, deputados; na verdade, a Alesp tem ajudado muito; porque, se a gente for olhar o que tem, não tudo o que tem, mas uma boa parte do que tem de bom em pesquisa no estado de São Paulo é por obra da Alesp. Quer dizer, quem aprovou a lei que fez a Fapesp foi a Alesp em 1947, pôs na Constituição; em 1962 aprovou a lei, quem aprovou a criação das boas universidades que nós temos aqui em São Paulo foi a Alesp, os institutos de pesquisa, os seus estatutos, a Lei da Inovação, e assim por diante.

Eu acho que, no presente momento, certamente me parece que, na conjuntura que nós estamos vivendo no Brasil, ajudaria muito se a gente conseguisse ter lideranças relevantes promovendo a discussão civilizada em torno dos temas importantes para o Brasil. Discussão educada, onde as pessoas que sentam na mesma não são inimigos, não estão um querendo enforcar o outro, mas estão discutindo; às vezes são adversários que pensam diferente, mas adversário é diferente do inimigo; e a minha impressão é que o Brasil está virando um lugar onde todo mundo acha que quem pensa diferente é inimigo.

E aí você não consegue achar nada, não consegue achar caminho para progredir; e eu acho que a Alesp é um lugar bom para nos mostrar como é que faz isso, porque é da especialidade local discutir com gente que pensa diferente.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Muito bom, doutor, o senhor tem mais alguns minutos, a gente pode abrir a pergunta para os nossos colegas; só, antes de abrir. São 4 horas e 40 minutos já? Então obrigado pela sua, uns 15 minutos, só para eu não ser injusto aqui, eu esqueci de mencionar algumas pessoas importantes que estão aqui também. Eu vi que tinha o Pedro, da equipe da deputada Marina Helou; a gente tem, além dos que eu mencionei, tem o Yuri, que é o presidente da Federação de Empresas Juniores do Estado; Dr. Luiz Carlos, do Instituto de Ciências Biomédicas; e, representando o reitor Marcelo Knobel da Unicamp, tem o professor Dr. Marco Aurélio.

Desculpa, eu não mencionei no começo, e peço desculpas se eu esqueci de alguém, mas todos vocês são igualmente importantes aqui; e que bom que vocês puderam participar, e ter essa aula aqui com o professor Brito Cruz. E obviamente a Sandra da Fapesp, porque eu acho que ela está com 100% de presença em todos os nossos eventos aqui; abra as perguntas, então, dos nossos colegas que estão aqui presentes.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu só quero agradecer, viu? Eu quero pedir licença, eu vou me retirar.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Obrigado, deputada.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - E quero agradecer ao Dr. Brito, agradecer você, sério, cumprimentar você.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Eu que agradeço, você está sempre presente, enriquecendo o nosso debate.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - E dizer que, para mim, foi um pedaço de tarde bastante valiosa, muito obrigada.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Muito obrigado.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Obrigada por todos que estão presente aqui também, boa tarde para todos.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Alguém gostaria de fazer alguma pergunta para o professor Brito Cruz? Não? Luiz.

O SR. MAURO BRAGATO - PSDB - Não, é só fazer um comentário, mais uma vez eu venho a esta Casa, e saio muito satisfeito, porque eu vejo algo que é a base do progresso e do avanço de qualquer sociedade; é que pessoas de diferentes setores se reúnem no local para trocar informação, e dizer o que faz, o que pode se fazer, como podemos trabalhar juntos para melhorar o futuro da sociedade. Então, mais uma vez eu saio daqui muito satisfeito, e claro, conheço o professor Brito já há muitos anos, temos uma interação forte pela Universidade de São Paulo. Mas, em particular, eu quero parabenizar você à frente desta Comissão, tomando essa iniciativa e trazendo para a Casa, aqui nesta Casa, debates tão relevantes e importantes para a sociedade, como esse que foi hoje, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Obrigado, doutor, bom, caso, não havendo mais nada a tratar, só finalizo, agradecer imensamente.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Eu é que agradeço a oportunidade, deputado.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - A sua palestra, Dr. Brito Cruz. E acho que, mais do que a gente está tentando fazer um pouco do que você mencionou, que é o nosso papel aqui, agradeço imensamente ao deputado Mauro Bragato, que está presente em todos também; às meninas e o resto do nosso time, aqui da Comissão de Ciência e Tecnologia, têm ajudado bastante a enriquecer o debate. E fazer o convite para você nos ajudar, propondo pautas quando você achar necessário.

A gente está tentando seguir um planejamento que a gente fez lá atrás, em algumas pautas; bastante delas batem com o que você mostrou. Mas, por favor, nos ajude direcionando para o caminho certo, que com certeza ajuda a gente a acertar mais, e a ganhar velocidade no apoio ao debate comissionado.

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Com prazer, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - SERGIO VICTOR - NOVO - Não havendo mais nada aqui a tratar, está encerrada esta reunião. Agradeço de novo vocês, e peço, mais uma vez, uma salva de palmas para o nosso professor Brito Cruz. (Palmas.)

O SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ - Obrigado.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *